

International symposium *Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History*,
Berlin, 24-26 September 2003

The copyright for this paper lies solely with the author. Any further circulation requires his or her personal permission (see addresses under [participants-->contributors-->contact list]) as well as full and accurate attribution to the author, Symposium and web location.

Do passado ao presente: tráfego comercial e redes de comunicação, factores privilegiados de “modernidade”

Aurora da Fonseca Ferreira

Introdução

As novas tecnologias de comunicação possibilitam um intercâmbio de informações, de ideias e conhecimentos, nos mais diversos domínios ou campos, a todos quantos podem aceder-lhes, pelo que podem contribuir como vias mais rápidas do desenvolvimento e da *modernidade*. São reconhecidas as possibilidades e vantagens da utilização das novas tecnologias da comunicação – em particular da Internet, enquanto meio de intercomunicação rápida – no incremento dessa modernidade que se pretende para Angola, país destruído e quase paralisado, devido a uma longa guerra. Porém, outros problemas merecem a nossa consideração. O período de paz que se começa a viver permite afirmar que estão a surgir condições para as populações, de um modo geral, poderem restabelecer as suas vidas tanto individual como colectivamente; nos centros urbanos ou nas comunidades rurais, por toda a parte, a vida parece ganhar um novo alento. As populações procuram retomar as suas dinâmicas e formas próprias de estar no mundo.

As novas tecnologias apresentam meios e suportes de comunicação extremamente rápidos e acessíveis, porém, pensamos ser de ponderar até que ponto podem ser utilizadas com vantagens nos diferentes pontos do país, centros urbanos e zonas rurais, em particular a Internet que ocupa o lugar cimeiro na interligação entre os diferentes países do mundo. Por outro lado, parecendo chegar às zonas rurais apenas as incidências das informações transmitidas pelos actuais meios de comunicação, procura-se então entender por que meios e formas se veicula a informação ou qual e como se concretiza a informação produzida pela *inter-comunicação* em zonas rurais.

Estas questões merecem quanto a nós uma análise, tendo em conta as condições em que esta intercomunicação se vai actualmente desenrolando; questões que são fruto da observação e, por sua vez, comparação com situações vividas em momentos históricos precedentes. O que nos leva ainda a questionar acerca dos tipos de mudanças que parecem surgir ou se tais mudanças assumem novos tipos ou outros contornos. Dito de outro modo: o que indicam alguns resultados da observação e abordagem da “modernização” no processo de mudança, resultante da evolução das formas e dos meios de intercomunicação? O que pode mudar? É o que se oferece? São as formas (redes e vias) de comunicação? Ou ambos, produtos – ideias, outros – e formas de comunicação?

Procuraremos responder a estas questões, começando por apresentar o que entendemos por “modernidade” enquanto noção relacionada com a “comunicação”; quanto à comunicação, a partir de diferentes abordagens, tentaremos mostrar como a entendemos e aprofundar essa concepção ao longo do trabalho, interligando as vias e

redes de comunicação para a sua consecução na situação específica de Angola. Em seguida, diremos como percebemos a implantação das novas tecnologias e sua expansão, tanto nos centros urbanos, dos quais salientamos Luanda como centro principal, como nas zonas rurais. Sendo que a situação destas últimas nos interessa particularmente, passaremos então a desenvolver um estudo de caso, a saber – a região da Kisama – no sentido de perceber as possibilidades de modernização através dos novos meios de comunicação. A escolha recaiu sobre a região da Kisama por vários motivos: primeiro, por razões pessoais, de interesse em continuar a analisar e acompanhar o processo de evolução da região que constituiu o nosso trabalho de tese; segundo, pela sua história de longa resistência à presença e ocupação portuguesa; terceiro, por se situar próximo de Luanda, cerca de 60 a 70 km, sujeita ou não ao seu raio de acção; e, por último, por ser um Parque Nacional, constituindo só por si uma situação particular em termos de perspectiva de modernização e desenvolvimento global do país.

Finalmente, à guisa de conclusão e sem fazer futurologia, procuraremos reflectir acerca dos tipos e possibilidades de mudanças, apresentando algumas considerações a partir de elementos recolhidos que nos possibilitam ponderar perspectivas que parecem vislumbrar-se na região da Kisama, tendo em conta o contexto sócio-económico e político actual que Angola atravessa.

Modernidade e intercomunicação

Entendida, por vezes, como o que vem de “fora”, a *modernidade* é, não poucas vezes, conotada com “ocidentalização”. Embora considerando que as forças exteriores a um dado corpo possam funcionar como impulsionadoras de movimento desse corpo e, portanto, de mudanças de um estado para outro, no caso das sociedades humanas, essas mudanças (do estado de “inércia” para o de movimento) podem inflectir em diferentes e diversas direcções. Sendo assim, põe-se a questão de saber quais delas poderão conduzir à “modernidade”, no sentido de “progresso” ou como ela pode proporcionar satisfação e melhores condições de vida às populações. A ideia de *modernidade* pressupõe, pois, *mudança* e progresso.

Considerando-se, de entre os factores de mudança, os resultantes da *comunicação* entre Africanos e Europeus, estes últimos, trazendo de “fora” o “novo”, contribuíram com a sua presença para as mudanças que – em parte – se foram verificando nas sociedades africanas. Porém, entendemos por *comunicação* um intercâmbio de “informações, ideias, emoções, habilidades” transmitidas “por meio do uso de símbolos – palavras, imagens, figuras, gráficos, etc.”¹. Constituindo uma forma de interligação entre os homens, a comunicação tem, no entanto, um duplo sentido: por um lado, pressupõe uma inter-acção entre um emissor e um receptor de mensagem², resultando

¹ Segundo B. Berelson e G. Steiner, para os quais comunicação compreende “Transmissão de informações, ideias, emoções, habilidades, etc., por meio do uso de símbolos – palavras, imagens, figuras, gráficos etc. É o acto ou processo de transmissão que geralmente recebe o nome de comunicação” (in Rabaça e Barbosa 1987: 152).

² Rabaça e Barbosa 1987: 151: “A palavra comunicação deriva do latim *communicare*, cujo significado seria ‘tornar comum’, ‘partilhar’, ‘repartir’, ‘associar’, ‘trocar opiniões’, ‘conferenciar’. Comunicar implica participação (*communicatio* tem sentido de ‘participação’), em interacção, em troca de mensagens, em emissão ou recebimento de informações novas.” (realces do autor); Pagès 1993: 196, coluna 1: “Em francês como em inglês, tende a constituir-se uma oposição entre dois sentidos da palavra ‘comunicação’: o de possibilidade de passagem ou de transporte entre dois pontos (fala-se então de vias de comunicação); o de transmissão suposta pelo menos recíproca das mensagens e das suas significações.” (tradução pessoal).

por conseguinte numa inter-comunicação; por outro, pressupõe também o sentido de “possibilidade de passagem e de transporte entre dois pontos (fala-se então de vias de comunicação)”³: *transmissão* e *vias de transmissão* são pois duas dimensões a considerar relativamente à comunicação.

A noção de comunicação, enquanto “*transmissão* supõe pelo menos troca recíproca de mensagens e de suas significações”⁴, traz consigo a ideia de inter-influência entre as partes em contacto ou seja entre “comunicadores”, isto é entre “emissor e receptor” compreendidos numa comunicação, em que as mensagens geram respostas e podem por isso permitir certo tipo de relações que variam consoante os *estímulos* – aceitação ou indiferença entre grupos ou sociedades humanas, em presença. A comunicação entre uns e outros resulta pois, geralmente, de uma *interacção* motivadora no/do interesse de ambos os interlocutores, como afirmam certos autores⁵, para quem a comunicação, implica uma troca de mensagens, isto é, uma receptividade de ambas as partes e não simplesmente a transmissão de uma informação ou emissão de uma mensagem a um receptor, como se a comunicação se processasse num só sentido. As relações entre Portugueses e Africanos foram exemplo disso.

Angola, considerado um país marcadamente influenciado pela cultura ocidental, devido à presença portuguesa, apresenta contudo aspectos culturais diversificados resultantes também dos contactos da cultura portuguesa com culturas locais, ao longo de vários séculos.

A comunicação entre esses interlocutores existiu em algumas regiões, sobretudo desde os séculos XV-XVI, primeiro directamente, depois através de intermediários africanos, que se foram estendendo por espaços cada vez mais longínquos, entrecruzando-se na sua marcha em diversos sentidos e estabelecendo ligações entre várias regiões através de uma *rede de comunicação* intensa, de norte a sul e do litoral ao interior. Porém, foram particularmente as relações que se desenrolaram nos meados do séc. XIX que vislumbramos como as melhores condições de uma intercomunicação reciprocamente aceite. Essas relações coincidem com uma época cuja percepção é de progresso ou que acredita na via da “modernidade” para as sociedades africanas, numa extensão alargada a uma boa parte do território, compreendendo a Angola actual, como veremos mais adiante no caso da Kisama.

O estímulo ao qual responderam as sociedades africanas de Angola, após a abolição do tráfico de escravos e a implantação do tráfico “lícito”, assentava fundamentalmente no *comércio* local e de longa distância; mas, enquanto o comércio de escravos, devido à exportação da mão-de-obra, empobrecia as próprias regiões, o comércio de diversos produtos ou bens beneficiava de uma procura mais diversificada (no entanto, a mão-de-obra utilizada na recolha e produção das mercadorias a serem exportadas continuava a ser escrava). Este comércio trazia não só maior riqueza às regiões, com novas formas de produção, como também acarretava, por sua vez, readaptações a vários domínios da actividade social. O estímulo levava a encontrar novas respostas nessa intercomunicação, num período em que a caça ao homem para exportação diminuía. Embora não desaparecendo, a utilização de escravos em diferentes actividades, contribuía igualmente para as mudanças internas que se verificavam nessas sociedades

³ Pagès 1993: 196, coluna 1.

⁴ *Ibid.*; realce feito por Aurora F. Ferreira.

⁵ Pagès 1993 (ver nota 2).

em que eram mantidos no comércio interno de complementaridades entre sociedades africanas⁶.

Esse comércio desenvolvia-se através de largas *redes de comunicação* que ligavam as vias de acesso aos diferentes mercados existentes pelo interior do território, funcionando no entanto por meio de *agentes* ou *intermediários* que proliferavam, sendo eles uma das causas ou motivadores desse estímulo. Para estes, o estímulo proveniente do emissor principal, correspondia à partida aos centros de exportação instalados no litoral⁷.

Nesta rede, *as vias de comunicação*, compreendendo “estradas” ou rotas eram, na sua maioria, bem antigas e há muito frequentadas e continuavam a ser utilizadas, na sua maioria, por Africanos enviados ou representantes dos Europeus. Eram eles os conhecedores do “interior” e os melhores interlocutores junto dos outros Africanos de quem conheciam os costumes ou estavam culturalmente mais próximos. Assim, esses intermediários, embora transmissores eram, de forma indirecta, emissores secundários em função de uma ideia inicial, mas que se foi transformando na mensagem de um novo emissor. Como tal a mensagem inicial sofreu alterações. A comunicação, enquanto mensagem, foi assim comportando a interferência dos vários intervenientes ao longo da cadeia de transmissão de mensagens; em termos de comércio, a mensagem acabou – em certa medida – por estar nas mãos desses intermediários, tornando desse modo os resultados ou efeitos pretendidos pelo primeiro emissor bastante limitados. No entanto, os meios de transmissão foram-se aperfeiçoando, trazendo novas possibilidades de comunicação

Comunicação, novas tecnologias e possibilidades da sua implantação em Angola: centros urbanos e zonas rurais

Hoje, as vias e meios de comunicação são mais rápidos, graças às novas tecnologias das telecomunicações e dos meios electrónicos, permitindo uma comunicação rápida e directa. Tais meios de comunicação tornam possível a transmissão directa da mensagem, mesmo que a longa distância. Desse modo, o objectivo é atingido com um escasso número de intermediários. A intercomunicação, ao processar-se por via de *transmissão directa*, pondo emissor e receptor em intercomunicação (por exemplo, nos casos de uma reunião ou encontro em grupo, de leitura de um texto de livro ou consulta à Internet), é diferente daquela que se efectua ou se processa por via de *transmissão indirecta*, em que a “transmissão” é realizada numa cadeia e rede de transmissores, em intercomunicação. A transmissão de uma mensagem por via directa permite ao receptor a sua própria selecção da informação, enquanto que por via indirecta ou através de uma cadeia de intermediários é uma transmissão seleccionada e filtrada tanto pelo(s) emissor(es) como pelos transmissor(es), o que significa interferência de vários agentes ao longo da cadeia, com tudo o que ela comporta de entendimento e recepção da mensagem. É pois o que se passa com vários procedimentos na comunicação indirecta.

As vias mais recentes de comunicação – transportes aéreos, telefone, Internet, e outras – permitem levar a mensagem ao receptor mais rapidamente ou quase imediatamente, pelo que ganham cada vez mais vantagem sobre os meios de

⁶ Exemplos de diferentes situações e das mudanças internas em algumas delas são apresentadas por I. Castro Henriques, relativamente às sociedades Imbangala e Cokwe, no seu trabalho *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX* (1997).

⁷ Estes centros constituíam, em parte, as referências do início e fim de redes de transmissão de mensagens, passando assim por uma série de intermediários que podiam, cada um deles, estabelecer ou introduzir interferência na mensagem precedente por razões de vária ordem.

comunicação anteriores à utilização do transporte mecânico ou terrestre. Extremamente rápidas e de fácil acesso, essas novas tecnologias permitem hoje *antecipação e concertação* de ideias, de resoluções de problemas e soluções, nos mais diversos domínios, influenciando e desempenhando um papel preponderante nas transformações necessárias ao desenvolvimento de um país como Angola. Nos nossos dias, de entre as novas tecnologias da comunicação, a preponderância parece caber à Internet devido ao acesso mais rápido à informação e à mais longa distância, num momento em que antecipação e rapidez são determinantes na prioridade de obtenção do que se pretende ou pode ser oferecido.

Ao longo de um processo histórico de aproximadamente um século, Angola apresenta-se em posição interessante no sentido de se procurar avaliar até que ponto os novos meios de comunicação estão ou não a influir em tais transformações. Quase sem contacto com o exterior (europeu), bloqueado o campo de poder e de comércio aos Africanos, igualmente condicionada a instrução aos seus naturais, Angola viveu durante o período colonial um período não africano de gestão dos seus interesses. Recuperadas as condições de autonomia para escolher, dirigir e gerir os seus próprios interesses, Angola encontra-se perante um desenvolvimento tecnológico que é ainda muito incipiente porquanto marginalizado desse processo; tentando todavia integrar-se neste processo, Angola procura acompanhar essa nova dinâmica na via da modernização, que pode contribuir para o seu progresso.

Essas transformações, devendo reflectir-se em todo país, dependem do centro de decisão que, no quadro do sistema de poder centralizado, irradia da capital do país onde se encontra instalado. Nessa conformidade, a direcção e gestão de implantação e extensão das vias ou meios de comunicação parecem seguir o mesmo exemplo, centralizado. Por conseguinte, existem níveis de implantação diferentes conforme a categoria da região ou local, no quadro da hierarquia político-administrativa do país.

As condições de acessibilidade às novas tecnologias de comunicação (vias e/ou suportes, meios)⁸ verificam-se por enquanto nos locais onde existe o acesso à energia eléctrica; muito provavelmente, dentro de poucos anos, assistiremos à sua extensão a todo o país bem como à possibilidade de acesso, por parte das populações, às novas tecnologias via satélite, como já se processa para a comunicação da telefonia sem fios ou do telefone.

Enquanto isso, as possibilidades de acesso às novas tecnologias da informação são viáveis sobretudo nos *centros urbanos* e, mesmo nestes, com bastantes reservas ou condicionalismos. Poucos devem ser os centros urbanos preparados para receber a instalação dessas tecnologias, embora seja difícil saber exactamente quais os centros que estão em condições de recorrer a elas ou que as utilizam, por ausência de dados estatísticos publicados sobre o assunto. De qualquer modo, em Angola, pode afirmar-se, com relativa certeza, que a sua utilização, particularmente da Internet, é ainda bastante restrita, até nos centros urbanos; e, mesmo nestes, é provavelmente Luanda o centro com maior número de utilizadores, sobre o qual podemos falar e que, para o caso, mais importa. Pode observar-se a procura de acesso a esses meios em casas comerciais, de aluguer de utilização de tempo a preços elevados, tendo em conta os baixos salários em relação ao elevado custo de vida. A limitada utilização destas novas tecnologias é pois

⁸ Os dados são fruto da observação, sem confirmação por estudos e conhecimentos exactos sobre a situação da sua implantação e expansão pelo país; procurou-se pelo menos obter dados a propósito dos meios computadorizados e utilização de Internet nos Serviços de Estatística, tendo-nos sido dito não os possuírem e enviando-nos ao Ministério da Ciência e Tecnologia; procurando contactar directamente um trabalhador ligado à Instituição, falharam as possibilidades com os meios à disposição e isso na capital, Luanda.

extremamente condicionada às necessidades de contacto urgentes (o e-mail). Fora isso, são os devotados (cibernautas) cuja utilização se põe em termos outros, que não somente os de necessidade.

O *centro urbano de Luanda* é o principal aglutinador das diferentes actividades do país, desde a política ao sector cultural, passando pelo económico-social. Dinamizador das demais, este é na realidade o que detém no presente – como deteve no passado – a liderança.

Desde as primeiras relações estabelecidas entre Africanos e Europeus, neste caso Portugueses, essa capital assumiu a liderança dos interesses destes últimos, após o breve período de Mbanza Kongo enquanto centro de poder político que se estendia aos outros territórios africanos sob seu controlo. Essa assumpção de Luanda como centro de decisão acentuou-se mais particularmente a partir da colonização efectiva ou dita “moderna”.

Em meados do século XIX, o território sob administração política e administrativa de Luanda, pouco ultrapassando os trezentos quilómetros da costa ao interior, delimitava a área sob influência quase directa do poder colonial português e, consequentemente, condicionava a comunicação “directa com o mundo”. Apenas os habitantes da colónia e os que trabalhavam directamente com Portugueses podiam sofrer a sua influência em diferentes domínios, contudo variando as formas de contacto e de relação. No seu *hinterland*, ou nas fronteiras desse território sob poder europeu, o tipo de relações nos diferentes domínios eram estabelecidos e condicionados pelos poderes locais, de acordo com as suas conveniências, como vários autores⁹ demonstraram e diferentes exploradores e comerciantes¹⁰ referiram.

Nesses contactos, os centros urbanos, dos quais sobressaiu Luanda, registaram uma absorção maior da cultura proveniente do exterior do que as zonas rurais, pelo facto de se verificar neles uma inter-comunicação mais directa e intensa. A capital, Luanda, funcionava como centro polarizador de mudanças, isto é, influenciando não só enquanto director e gestor, como também enquanto representação do “modelo” de sociedade e de estilo de vida. Porém, houve sempre sociedades que procuraram manter-se afastadas desse modelo, aproveitando contudo certas propostas desse centro.

Fora desses centros, mais especificamente nas *zonas rurais*, que contrapomos aos centros urbanos, tudo nos leva a admitir não se poder mesmo falar de conhecimento de novas tecnologias, nem mesmo para as periferias mais próximas dos centros urbanos, que deles dependem e com eles estão directamente interligados.

A região da Kisama, zona rural e simultaneamente periférica em relação a Luanda tem, por essa dupla razão, particular importância; importância reforçada tanto pela sua história passada como pela situação no presente. Com elementos retidos e acompanhando, de certo modo, a situação da mesma até muito recentemente (2002), pretendemos descortinar a dinâmica dessas sociedades (passado – presente), procurando realçar os factores que têm contribuído para as mudanças, como estas se processaram, de modo a ponderar sobre as possibilidades de transformações rápidas no futuro; além disso, procurando reflectir acerca das possibilidades da utilização das novas vias e tecnologias da comunicação em zonas rurais, acrescendo aqui o facto singular desta região também ser um Parque Nacional.

⁹ Dias 1985, 1989, 1994; Santos 1986; Henriques 1997; Ferreira 2000, vol. 1.; entre outros.

¹⁰ Livingstone 1857; Silva Porto, *in* Santos 1986; Henrique de Carvalho, *in* Henriques 1997; Batalha 1928; entre outros.

Evolução e mudanças nas zonas rurais, em tempo das modernas tecnologias: o caso da Kisama

A proximidade da região da Kisama em relação a Luanda, cidade capital, é já de si significativa para que outras questões se levantem quanto à sua situação sócio-económica e perspectivas de desenvolvimento.

Enquanto território, estendendo-se pela margem sul do rio Kwanza até ao rio Longa e do litoral até ao Dondo, no interior, Kisama dista da cidade capital cerca de 60-70 km e a ela esteve quase sempre ligada, desde os seus primórdios até aos anos 80 do século XX, altura em que, pela nova divisão administrativa, passou a integrar a província do Bengo, nome de um rio ao norte de Luanda, constituindo um dos seus municípios.

Região de populações com perturbações constantes, com uma longa história de resistência à ocupação portuguesa, importa-nos destacar a sua evolução, comparando dois momentos de mudanças na sua história e sem perder de vista a sua relativa proximidade de Luanda. O primeiro momento antecedeu os conflitos que duraram do último quartel do século XIX até à ocupação militar efectiva em 1918, altura em que a região passou a estar sob administração colonial portuguesa e, desde então, no âmbito da área de jurisdição de Luanda, com excepção dos períodos de ajustamentos de partes do território que eram integradas ora numa ora noutra área administrativa das regiões limítrofes, a do Kwanza-Norte ou a do Kwanza-Sul.

O segundo momento, já no pós-independência e recente, corresponde à década de 90 até aos primeiros anos do novo milénio.

O primeiro período de mudanças, constatadas por nós, coincidiu com uma época militarmente calma, de aproximadamente 40¹¹ anos, isto é, de 1844 aos anos 80 de 1800¹². Foi também este o período das relações mais longas de aproximação entre os poderes político-administrativos e os poderes políticos coloniais. É igualmente uma época em que o comércio parece ter sido mais frutuoso e diversificado.

Favorecida por uma conjuntura não só de paz militar como também económico-social e política, a actividade de troca ou comércio de produtos com as populações vizinhas ganhou novo ímpeto e crescimento. Embora muitos dos produtos fossem comercializados anteriormente, a procura cresceu nessa época, como no caso dos produtos provenientes da caça e da colecta: a cera, a urzela, a goma copal e o marfim¹³. Outros produtos tropicais de exportação foram também ganhando importância nos mercados internacionais, e, por isso, a procura desses produtos constituiu igualmente factor de incentivo à sua produção e comercialização como foi o caso do óleo de palma, do rícino, da jinguba, do café e do tabaco, de entre os mais procurados. O comércio desses produtos efectuava-se principalmente nas casas de comércio dos centros coloniais, nos mercados e feiras ao longo do Kwanza; enquanto que ao Sul (junto ao rio Longa) e à Este o comércio era inter-regional, fundamentalmente de complementaridade de produtos de consumo com populações limítrofes. São ainda de realçar no comércio dessa época, os artigos ou produtos artesanais, e que até então eram pouco referidos pelas fontes escritas, parecendo indicar não terem feito parte dos produtos de comércio. O material de fabrico provinha de várias matérias locais, tais como do marfim de diferentes animais, das matérias vegetais, das madeiras de certas árvores (até mesmo para construção de canoas; outras árvores serviam para múltiplos aproveitamentos, como era o caso do imbondeiro ou baobab). Os artigos artesanais devem ter tido uma

¹¹ De aproximadamente meio século, segundo Dias 1985: 290, nota 15.

¹² A data de 1844 é referida por Menezes 1848: 140, entre outras fontes; quanto aos conflitos que tiveram lugar após os anos de 1880, ver Ferreira 2000, vol. II.

¹³ Produtos comercializados desde o séc. XVII: cera, goma copal e marfim (Ferreira 2000, vol. I).

grande importância pois perduraram ainda durante algum tempo ao longo do período colonial, mas terá perdido muito do seu interesse e quase desaparecido no pós-independência.

Essa dinâmica comercial que a região conheceu repercutiu-se pois sobre outros domínios da actividade das populações, resultando daí algumas mudanças sócio-culturais, mas também políticas¹⁴: em certas sociedades – umas mais do que outras – e destas, principalmente, as mais próximas dos núcleos coloniais, o respeito pelas hierarquias e certos usos e costumes então vigentes foram-se modificando.

Embora o comércio tenha sido o estímulo fundamental dessa dinâmica, a comunicação processou-se através de *redes* onde intervieram vários agentes que influíram na concretização desse comércio, para além de exercerem influência noutros domínios. Uma vez que, na comunicação, a receptividade da mensagem depende da transmissão da mensagem ao receptor visado, a saber – a sua adequação ao objectivo pretendido –, o papel dos agentes ou *intermediários* reveste-se de particular relevância. Desse modo, consideramos ser importante identificar o perfil de alguns dos participantes ou intermediários na rede de comunicação das relações de comércio na época.

Os intermediários/ mensageiros da informação/solicitação nas trocas comerciais, são Africanos que vivem na sua maioria entre duas culturas e dois mundos, conhecendo, relativamente, tanto um como outro. Estão neste caso os designados “moradores”, negros ou mestiços que haviam enriquecido com a prática do comércio de escravos¹⁵; outros intermediários eram antigos escravos, enviados a mando dos comerciantes dos centros comerciais, principalmente de Luanda e de outros centros (ou núcleos) ao longo do Kwanza, corredor mais antigo de penetração colonial.

O comércio era exercido quer nas vizinhanças da região, principalmente nos núcleos coloniais, quer na própria região; no caso da Muxima, núcleo colonial situado na própria região, existiam Africanos que eram os próprios interessados, porque comerciantes, e não intermediários. No caso, a sua mensagem era pois directa, uma vez que eram emissores. Havia também outros interessados que provinham do governo central, dependente da metrópole – emissor inicial da comunicação – de onde partia a solicitação dos produtos de interesse para o comércio ou a ele ligado. Ora, a rede que partia do governo central da colónia, em Luanda, ao local de recepção da mensagem era relativamente curta e rápida comparativamente a outras zonas rurais do *hinterland* e mais para o interior, tendo em conta as condições de transporte (os homens eram os próprios carregadores); essas situações não deixaram certamente de jogar um papel importante na cadeia de relações comerciais com as populações da Kisama.

A resposta imediata à solicitação directa, de Luanda nem sempre provinha do receptor directo; na maioria dos casos, os chefes principais não eram os receptores directos na medida em que tinham, por vezes, restrições relativamente às deslocações para fora do seu território; tinham pois, igualmente, os seus intermediários, no sentido de salvaguardar os interesses da Kisama. Estes intermediários, representantes dos chefes, eram naturais da região, que deixavam o território e se deslocavam aos locais de troca ou comércio sem, no entanto, se afastarem muito dele¹⁶.

¹⁴ Havendo por vezes conflitos com os poderes coloniais, sem contudo chegarem a situações de confronto armado (ver Ferreira 2000, vol. II).

¹⁵ Dias 1994: 50; e o governador Ferreira do Amaral, especificava em 1882, época de grande actividade comercial, que os “moradores” eram indígenas “com um grau de civilização já bastante avançado e afastados da selvajaria dos gentios”, constituindo quase os únicos sertanejos que se internavam pelos territórios ao sul de Benguela e do interior de Angola (in Oliveira 1968: 657).

¹⁶ Ferreira 2000, vol. I.

É na época desse comércio de produtos (de tráfico “lícito”), e de alguma forma a ele ligado, que se assiste à existência de uma relação mais próxima entre as partes interessadas. É também por essa altura que se assiste a um maior afluxo de “moradores” ao interior da região, cujas consequências se farão sentir posteriormente. Além destes, designados na segunda metade do século XIX como “filhos do país”, alguns raros brancos aí tiveram acesso¹⁷.

Luanda teve então uma relação relativamente próxima com a região, com a qual existia uma interacção num período em que as populações da região gozavam ainda de liberdade e de autonomia para as suas escolhas e respostas às propostas que se lhes apresentavam e que correspondiam às suas conveniências e interesses. A época de ocupação e colonização alterou em grande parte esse tempo; contudo, este processo só seria concretizado depois de 1918, devido à resistência – resistência que constituiu, frequentemente, uma referência quanto ao posicionamento político e sócio-cultural das suas populações.

Efectuada a ocupação, uma boa parte da região passou a constituir uma Reserva de Caça (1938), mais tarde Parque Nacional (1957), cujas razões do seu surgimento não foram ainda devidamente estudadas. O facto de se ter criado na região um Parque influenciou, provavelmente, a dinâmica da mesma. Convém salientar que o período da colonização portuguesa “moderna” condicionou em muito as iniciativas e a governação autónoma das populações locais sem que, no entanto, estas deixassem de conduzir e gerir os seus interesses mesmo nos limites de um sistema que lhes era imposto. Durante esse período de administração colonial, embora pouco estudado, sabemos que a resistência continuou em moldes diferentes, isto é não armada¹⁸.

As relações decorrentes da conjuntura favorável dos anos de 1844 aos 80 de 1800, não deixaram certamente de contribuir para modificar o modo de vida anterior, porém de forma menos acentuada no que diz respeito às populações rurais do interior, mais afastadas dos poderes administrativos locais

No início dos anos de 1990 havia ainda situações de extrema carência a que não deve ter sido alheia a situação de guerra. Porém, por ocasião de deslocações mais recentemente realizadas a certas zonas – antes não visitadas devido à situação de guerra¹⁹ – observamos um certo dinamismo das populações da região relativamente aos anos precedentes. Constatámos que várias actividades produtivas tinham lugar em certas zonas sem que isso parecesse desequilibrar grandemente o eco-sistema do Parque.

De entre as actividades que se praticam na região, sobressaem a agricultura e a comercialização dos produtos locais, praticadas em quase todas as zonas e por quase todas as famílias; verifica-se também o cultivo de produtos cuja diversidade é variável consoante as zonas. É assim que os citrinos constituem um dos produtos comercializados numa determinada zona da região; a farinha *musêke*²⁰ é produto de outras determinadas zonas, e assim por diante. Estes produtos são alguns dos mais comercializados pois têm condições de aceitação nos mercados. Quanto a outros, embora pudessem ser comercializados, como o mel, por exemplo, implicam já outras exigências: recipientes ou acondicionamentos preparados para transportação; esta última

¹⁷ Entre eles um inglês, Hamilton, referido por Price (1871-72), um alemão, Mattenklodt, que faz uma das ricas e importantes etnografias sobre a região (1944) e um português, Batalha, narrador da sua estadia (1928).

¹⁸ Ver Ferreira 2000, vol I, e algumas referências a situações específicas em 1992: 57.

¹⁹ No entanto, as populações aí continuavam e resistiam às operações militares levadas a cabo nas suas zonas.

²⁰ Significa “Chácara, quinta, casa de campo, descampado”, em Matta, s.d. [1943?].

condicionada pelas dificuldades encontradas pelo mau estado das estradas devido à pouca manutenção. Esta situação constitui uma das limitações ao tráfego comercial; porém, são as estradas possíveis, e como tal o comércio realiza-se no quadro de uma rede de camionistas que respondem às solicitações do mercado de Luanda; estes parecem informados, à partida, sobre os produtos de comercialização ou porque vão mantendo contacto com naturais ou então com familiares de originários da Kisama, residentes em Luanda. A produção não deixa de ser fundamentalmente de carácter complementar, limitada a alguns produtos e, mesmo para responder ao comércio, essa acaba também por ser de certo modo reduzida.

Este relativo dinamismo, constatado em certas zonas da região e comparado então ao que se verificou dos anos de 1840 aos de 1880, levou-nos a admitir que razões de ordem económica foram fundamentais para um novo dinamismo, influenciando as mudanças daí advindas, coincidindo, porém, com uma certa estabilidade política e militar.

Provisoriamente, pudemos reter os seguintes elementos: o motor das mudanças, nessas diferentes épocas, esteve ligado a factores de ordem económica, mas foi complementado pelo tráfego e pelas redes de comunicação onde o papel dos interlocutores próximos em interesses e relações foi de significativa importância.

Considerações finais: “novas” vias e redes de comunicação ou “novas” oportunidades e perspectivas

O dinamismo das populações da região continua a verificar-se e a diversificar-se nos tempos ainda mais recentes, denotando o retomar do início de uma nova época de mudanças, indiciada desde alguns anos por um retorno a uma relativa autonomia económico-social.

Outras actividades vão surgindo, embora ainda de complementaridade à economia doméstica, todavia com uma rentabilidade financeiramente mais vantajosa: casas de comércio, ou lojas de comércio, e restaurantes ou afins, vão surgindo. As primeiras podem contribuir para tornar a vida das populações mais fácil uma vez que encontram nelas o comércio local, sem terem de aguardar os transportadores de Luanda²¹. As outras, locais de comes e bebes de estrada, não deixam de ser também de grande utilidade, sobretudo, para os motoristas que circulam por uma estrada de tráfego intenso e com raros pontos de refrescamento.

O surgimento destas actividades mais recentes parecem apontar para novas e efectivas mudanças, no âmbito do estímulo comercial, nomeadamente, com a particularidade das iniciativas partirem dos naturais – cujo espírito de autonomia e dedicação à terra foram bastante realçados na historiografia colonial; além disso, é de sublinhar o vínculo de alguns naturais tanto aos poderes políticos “tradicionais” como aos poderes políticos “modernos”. São exemplos dessa situação membros da chefatura de Kavunje Kaluhinda ou Ngarinda, em Cabo Ledo, na comuna do mesmo nome, num caso, e membros de Kasembe, na zona dos Loandos, no outro caso.

Trata-se, em ambos os casos, da geração mais jovem, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, de localidades diferentes (Cabo Ledo e Loandos – Kasembe) que parecem visionar objectivos mais amplos, na realidade mais “modernos” para a região. No segundo caso, um técnico, mecânico de profissão, residente em Luanda, é o

²¹ Esta satisfação das suas necessidades deve ser ainda mais reconhecida na estação das chuvas, período de isolamento.

“promotor” da abertura das casas de comércio que poderão servir a várias chefaturas, nos Loandos, e de outra (em vias de recuperação) no Mumbondo, sede da comuna²².

Este último jovem, com adequada percepção do comércio (local, produtos, transportação, entre outros), teve também a iniciativa de proporcionar aos familiares e naturais da sua localidade, horas de lazer ao levar-lhes o cinema móvel, visualizado em espaço aberto. Nessa larga zona, designada por Loandos, situada na parte sudeste da região, existem outras iniciativas igualmente impulsionadas pelos seus naturais. De alcance muito para além do imediato, estas iniciativas dizem respeito à instrução, cujo empenhamento nos foi dado a perceber.

As dificuldades com o funcionamento de uma escola do 3º nível (compreendendo o 7º e o 8º ano) foram suplantadas, durante algum tempo, pelo interesse e empenho dos seus naturais. Estes procuraram recorrer a todos os apoios necessários.

É assim que uma organização filantrópica, constituída por naturais ou nativos da área, CNAL – Clube dos Naturais e Amigos dos Loandos, conseguiu contribuições, para custear a estadia dos professores, difícil de manter, dada a inexistência de condições aliciantes (baixos salários) aos quais se junta a falta de transportes. Parte do apetrechamento em material à escola é também proveniente dos apoios recolhidos pela organização – CNAL. Esta tem inclusivamente uma biblioteca, resultado igualmente do empenho dos seus naturais. Mas actualmente, as aulas do 3º nível correm riscos de paralisar novamente pelo facto do próprio CNAL estar a atravessar dificuldades na obtenção de apoios. Para resolver tal problema, os naturais têm em vista propor ao Ministério da Educação, (re)assumir as suas responsabilidades para o funcionamento deste mesmo nível, além dos já existentes. O 1º nível (do 1º ao 4º ano) foi instalado sob responsabilidade do governo, após a independência, com algumas interrupções durante a última guerra; é importante recordar o seu espírito de resistência, que contribuiu para a sua permanência nas suas zonas de origem. Com efeito, durante o período de guerra, as populações refugiavam-se nas matas quando atacadas e regressavam às suas zonas de residência quando a situação voltava a uma certa normalidade, numa espécie de vai e vem.

O empenho na manutenção da escola e, mais ainda, o de poder levar a instrução mais longe, como nos foi dado observar *in loco*, na zona dos Loandos, por ocasião de uma deslocação em trabalho de campo²³, merece reflexão da nossa parte. Será que o facto de os naturais procurarem prolongar os estudos nos locais de origem, não implica uma preocupação em salvaguardar a força de trabalho local, por um lado; e, por outro lado, não implicará uma preocupação com a perspectiva de aproveitamento local de gente instruída, abrindo assim novas possibilidades de desenvolvimento local? Podemos mesmo admitir que as preocupações com o Parque se enquadram nas duas interrogações.

O conhecimento para a preservação e rentabilização dos recursos do seu próprio meio torna a formação uma necessidade. Porém, aí, os apoios e investimentos tornam-se necessários; o Estado dificilmente pode oferecer condições a jovens professores para se estabelecerem no interior de um território – um Parque na sua maior superfície –, sem qualquer outro atractivo que o magro salário estipulado oficialmente. Não querendo apresentar aqui as dificuldades de qualquer professor em viver longe do seu local de

²² Os nomes são omissos, em virtude de não termos consultado alguns dos nossos colaboradores (termo mais consentâneo com as relações de trabalho de pesquisa e que se utiliza na História Oral) nesse sentido, isto é, um deles.

²³ Efectuado em Setembro de 2002, na continuidade dos trabalhos de estudo ligados à Kisama.

origem²⁴, o que está fora dos objectivos que nos propusemos nesta comunicação, queremos no entanto alertar para o facto de que a escola pode contribuir para evitar a deslocação dos alunos para o grande centro de Luanda, como acontece geralmente em várias zonas próximas de centros urbanos. Realçando o interesse presente pela instrução e educação, instrumentos de modernidade, o que se poderá dizer das possibilidades que podem advir da relação escola/conhecimento e uso dos meios de comunicação modernos?

As novas tecnologias não podem (e em muito) contribuir para impulsionar a criatividade e acelerar as mudanças em vários domínios e aspectos da vida na região? A Internet tem, quanto a nós, a posição primordial; contudo, se por um lado, factores de inter-relação centralizada e suas redes secundárias devem ser tidas em conta, por outro, também se deve ponderar em função de factores de possibilidades ou conveniências de instalações que mais facilitem a comunicação por meio de outras tecnologias modernas.

A Kisama é uma zona de difícil acesso, quer por falta de estradas macadamizadas ou alcatroadas, quer por dificuldades de instalação de rede eléctrica, o que pede, provavelmente, a instalação de sistemas computadorizados de telecomunicações. Sendo, aliás, um Parque Nacional, a Kisama deve exigir outros meios e suportes de comunicação perspectivados em termos desta situação. As populações sabem como contornar as dificuldades; os mais recentes telefones, os celulares, por satélite sem fio parecem adequados, mas convém não esquecer que esses meios só se tornam eficazes quando utilizados por agentes – cuja comunicação pode ter melhor receptividade – integrados numa mesma estrutura de afinidades, ou seja, inscritos numa rede e inseridos em objectivos idênticos. Embora, se possa considerar o papel que as novas tecnologias possam assumir na comunicação, elas perdem em funcionalidade se não servirem os objectivos das mensagens transmitidas. São estas que, em nosso entender, podem influenciar, em termos de mudanças, a via da modernidade e o bom aproveitamento dessas novas tecnologias passa pelo entendimento da mensagem ou mensagens que toda a transmissão “transporta”, respondendo aos interesses e vontades, tanto do emissor como do receptor, de modo a obter uma comunicação “sem ruído”.

Nesse sentido, deixando a reflexão correr, é com preocupação no futuro que nos interrogamos se essas populações com iniciativas próprias, um vínculo forte à terra, devem ou não ser apoiadas e acompanhadas nas novas perspectivas e objectivos de um desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

- Assis Júnior, António de, s.d. [1943?]: *Diccionario kimbundu-português – linguístico, botânico, histórico e corográfico seguido de um índice dos nomes próprios*. Luanda: Argente Santos & C^a Lda.
- Batalha, Ladislau, 1928: *Memórias e aventuras. Reminiscências autobiográficas*. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.
- Dias, Jill R., 1985: “Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland. The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920”, *Paideuma* 32: 286-318.
- 1989: “Relações económicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875”, *Relações Europa-África no 3º quartel do séc. XIX*, Actas da 1ª. Reunião Internacional de História de África, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga: 241-258.
- 1994: “Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda”, *Penélope* 14: 43-91.
- Ferreira, Aurora da Fonseca, 1992: *La Kisama de la fin du XIXe au début du XXe siècle*, Mémoire présenté en vue du Diplôme d’Études Approfondies (directeur E. M), Paris, EHESS.

²⁴ Principalmente perder oportunidades de trabalho com o mínimo para sobreviver (e é mesmo sobreviver que se deve dizer).

- 2000: *La Kisama (en Angola) du XVIe au début du XXe siècle: autonomie, occupation et résistance*, Thèse de doctorat en Histoire (directeur E. M), Paris, EHESS, 2 vols. (em curso de tradução para publicação em português).
- Henriques, Isabel Castro, 1997: *Percursos da modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical – Cooperação Portuguesa (trad. de: *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Tshokwe face à la Modernité*, Paris: L’Harmattan 1995, 2 vols.).
- Livingstone, David, 1857: *Missionary Travels and Research in South Africa the Interior of Africa, and a Journey from the Cape of Good Hope to Loanda on the West Coast; thence across the Continent, down the River Zambesi, to the Eastern Ocean*. Londres: John Murray.
- Matta, J. D. Cordeiro da (coord.), 1893: *Ensaio de dicionário kimbúndu-portuguez*. Lisboa: Casa Editora António Maria Pereira.
- Mattenklodt, von, 1944: “Die Kisama” (ed. Hermann Baumann), *Koloniale Völkerkunde* 1. *Wiener Beiträge zur Kulturgeschichte und Linguistik* 6: 71–108.
- Menezes, Joaquim António de Carvalho e, 1848: *Demonstrações geographica e politica do território portuguez na Guiné Inferior que abrange o reino de Angola, Benguella, e suas dependências....* Rio de Janeiro: F. A. de Almeida.
- Oliveira, Mário António F. de (ed.), 1968: *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Vol. I (1783-1883). Luanda: Instituto de Investigação Científica e Tropical/Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos).
- Pagès, Robert, 1993: “Communication – Les processus de la communication”, *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis Éditions: 196-199.
- Price, F. G. H., 1871-72: “A Description of the Quissama Tribe”, *Journal of the Royal Anthropological Institute* 1: 185-193.
- Rabaça, Carlos A. e Gustavo Barbosa 1987: *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Editora Ática.
- Santos, Maria Emília Madeira (ed.), 1986: *Viagens e apontamentos de um portuense em África. Diário de António F. F. da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.